



Conta de Gerência
e
Relatório de Atividades

Ano de 2018



CENTRO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL LUCINDA ANINO DOS SANTOS

Exercício de 2018 Relatório e Contas da Direcção

[Handwritten signature]
[Handwritten initials]
[Handwritten signature]
[Handwritten signature]

1. Introdução

Nos termos estatutários apresenta esta Direcção à sua Assembleia Geral o Relatório e Contas do Ano de 2018.

O ano de 2018 foi o ano da recuperação económica, depois de alguns anos violentos que colocaram a Instituição numa situação difícil. No nosso plano de actividades já tínhamos essa previsão o que se confirmou. Falamos também no plano de actividades para 2018 a revisão do acordo de cooperação para o Centro Infantil de Bensafrim o que se confirmou com efeitos a 1 de Setembro de 2018. Ficou aquele Centro Infantil legalizado perante a Direcção Distrital de Educação. Assim aquele equipamento sofreu alteração na sua capacidade. Com esta alteração a capacidade de utentes em Creche são de 58 e de Pré-escolar 50.

Prevíamos adquirir algumas viaturas para substituir as que estão com desgaste acentuado e que não podem nos termos da Lei transportar crianças. Isso não foi possível pelo que transitou para 2019 essa operação.

No ano em apreciação foi efectuada a venda e a escritura do imóvel na rua Marechal Furtado que gerou uma mais valia de 241.389,54 euros.

Foi legalizado o Albergue Juvenil como Hostel que se chama "Brisa do Tempo". Será uma estrutura que estará à disposição da população jovem e dará apoio às estruturas desportivas com o acolhimento de atletas em competições que se realizem em Lagos. Esta estrutura serviu no Verão de 2018 de apoio aos técnicos de electricidade que vieram reparar os postos de electricidade danificados no incêndio de Monchique.

O CASLAS DAY ou Festa do Caslas, não se realizou em 2018 por falta de apoio em termos de recursos humanos.

Em termos de investimentos, foram adquiridos equipamentos que substituíram outros cuja vida útil tinha terminado e também foi melhorado o equipamento de recreio do Centro Infantil de Bensafrim.

O Centro Infantil de S, João foi contemplado com o arranjo de três salas de Creche em pintura e remodelação do chão em vinil.

Na Casa de Santo Amaro foi iniciado a pintura de todo o edifício, ficando em 31 de Dezembro de 2018 quase concluído.

A nível do resultado do exercício foi atingido o que se esperava que foi um resultado líquido positivo em 183.283 euros. Analisado este resultado com a mais valia da venda do imóvel da rua Marechal Furtado verifica-se que há um resultado antes de depreciações, gastos financeiros e impostos de 286.206,70 euros superior a mais valia do imóvel.

Fizemos a actualização dos níveis remuneratórios de acordo com a tabela constante na contratação colectiva para o pessoal das IPSS e com a Lei.

[Handwritten signature]
[Handwritten initials]
[Handwritten signature]
[Handwritten signature]

2. Respostas Sociais

2.1 Jardim de Infância – Pré-Escolar

O Jardim de Infância é uma resposta social que nos termos da Lei está integrada na Rede Nacional do Ensino Pré-Escolar. Está a funcionar nas duas componentes, a lectiva e a de apoio à família e é frequentada em todos os equipamentos num total de 299 crianças, dos 3 aos 6 anos.

Foram celebrados acordos de cooperação com o Centro Distrital de Segurança Social de Faro e a Direcção Regional de Educação, para o seu funcionamento. É uma resposta social que está com alguns problemas de frequência em virtude de haver oferta publica com redução nas mensalidades na componente de apoio á família. Esta resposta social terá que ser equacionada no futuro.

2.2 Creche

As crianças que frequentam esta resposta social são do escalão etário dos 4 meses a 3 anos.

O número de crianças que frequentam esta resposta social é de 215, em todos os equipamentos.

2.3 CATL

Esta resposta social vem prestando grande apoio às crianças em idade escolar, pois as suas actividades estão viradas para as suas horas livres.

É feito o transporte em autocarro da Instituição para a escola e vice-versa. Também é servido almoço e lanche.

Devido à nova política sobre os CATL's e ao prolongamento de horários nas Escolas do Primeiro Ciclo do Ensino Básico a frequência nesta resposta social estabilizou em relação ao ano anterior. No ano em apreciação funcionaram CATL nos Centros Infantis de Santo Amaro e Luz.

O total de crianças desta resposta social é de 113.

2.4 Lar de Jovens

O Lar de Jovens é a resposta social que originou a existência da Instituição e é nela que se centralizam os maiores esforços, quer financeiros, quer humanos para que esta funcione de maneira a garantir às crianças internas um meio acolhedor e o mais familiarizado possível. É uma resposta social com muitos problemas, devido a ser exigido a admissão de jovens com comportamentos desviantes e muitas vezes pequenos consumidores

de estupefacientes. Devido á escala etária que solicitam o acolhimento que se situa numa média dos 15 anos, é muito difícil manter jovens do sexo masculino e feminino.

Entre os do sexo feminino e masculino, o número de utentes nesta resposta social é de 40.

Handwritten notes in blue ink:
A
The
re
Nob

2.5 Intervenção Comunitária

Nesta área de actuação está o Centro Juvenil, o Centro Comunitário Dar a Mão (Chinicato) e o Centro Comunitário Duna (Meia Praia).

O Centro Juvenil continua a apoiar crianças em risco e famílias residentes nos bairros degradados da cidade. Continua a necessidade de ser revisto o funcionamento desta resposta social. Está a ser analisado juntamente com a Segurança Social a possibilidade de enquadramento no quadro das respostas sociais tipificadas.

Os Centros Comunitários Dar a Mão e Duna apoiam as populações do Chinicato e Meia Praia, respetivamente.

2.6 Casa de Santo Amaro

Neste edifício que abriu as suas portas em 3 de Maio de 1999, funcionam as seguintes respostas sociais:

- Lar de Pessoas com deficiência motora.....	30
- CAO.....	28
-URP	40

Na URP (Unidade de Reabilitação Profissional), funciona a Formação Profissional para pessoas portadoras de deficiência motora, curso financiado pelo IIEFP e Programa de Qualificação das Pessoas com Deficiência e Incapacidades. Os utentes desta formação, bem como todos os do Lar e CAO recebem diariamente apoio de fisioterapia e apoio psicológico.

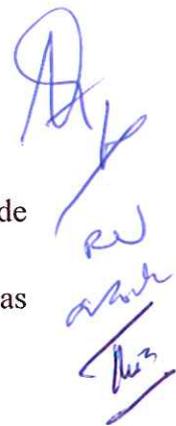
Em 2018 os alunos continuaram a fazer estágio profissional em empresas, nas áreas de Assistente Administrativo, Assistente Familiar, Assistente de Cozinha, Operador Gráfico e Operador de Jardinagem. A existência desta Unidade de Reabilitação Profissional enquadra-se num programa do IIEFP até 2019, com possibilidade de ter seguimento com apresentação de outros projectos.

O Lar Residencial e CAO continuam a apoiar pessoas com deficiência motora dando aos seus utentes qualidade de vida que não tinham antes da sua integração nestas respostas sociais. Do programa há várias actividades como fisioterapia, actividades desportivas adaptadas e lúdicas.

2.7 Protocolos

Mantivemos o protocolo com a Segurança Social para o RSI (Rendimento Social de Inserção).

A Instituição continuou a pertencer á Rede Europeia de Inserção Social de Pessoas Desfavorecidas, Rede Social e também à rede de âmbito nacional Construir Juntos.



3. Pessoal

Pessoal a prestar serviço nesta Instituição do quadro:

- Diretores Técnicos/Pedagógicos.....	5
- Diretores Técnicos	2
- Assistentes Sociais	6
- Psicólogas	7
- Sociólogos	1
- Técnica Int. Educação Comunitária.....	1
- Fisioterapeuta	1
- Coordenador da URP.....	1
- Economista	1
- TOC	1
- Educadoras de Infância.....	18
- Educadoras Social	5
- Téc. Sup. animação Sociocultural	4
- Animadores Cultural	4
- Pessoal de Apoio e Vigilância.....	73
- Pessoal Administrativo	9
- Pessoal de Cozinha.....	17
- Pessoal Auxiliar.....	27
- Pessoal Encarregado	1
- Motoristas	4
- Formadores.....	4
- Monitores.....	2
- Tec. Reabilitação	3

Total: 197

Regime de avença:

- Médico Clínico Geral	1
- Médico Fisiatra	1
- Advogado	1
- Enfermeira	1
- Porteiro	1
- Formadores Externos	10
Total: ..	15

*K
re
alve
tus*

4. Investimentos

Equipamentos Básico	10.202,66 Euros
Obras no Centro Infantil de Santo Amaro	12.888,31 Euros
Arranjo de salas de Creche no C.Inf. S. João	18.374,00 Euros
Arranjo do Espaço exterior C.Inf. Bensafrim	6.027,00 Euros
Pintura do Edifício da Casa de Santo Amaro	12.340,00 Euros
SOMA	59.831,97 Euros

5. Actividades Recreativas

Em 2018 a Instituição organizou algumas atividades de Carnaval nos seus equipamentos e participou no desfile a nível de cidade organizado pela Camara Municipal de Lagos. Comemorou também o Dia Mundial da Criança e o Natal.

6. Relações Exteriores

Manteve esta Instituição uma política de boas relações com Entidades Oficiais, Câmara Municipal de Lagos, Juntas de Freguesia, Delegação de Lagos do Instituto de Emprego e Formação Profissional, bem como outras Instituições congéneres, também Firms Comerciais da cidade, e Caixa de Crédito Agrícola Mútuo de Lagos.

- Da população em geral e da comunidade estrangeira residente nesta área foi recebido todo o apoio para a Festa do Natal do Lar de Jovens.

- Do Centro Distrital de Solidariedade e Segurança Social de Faro foram mantidos os normais acordos de cooperação.

A Direcção

Presidente da Direcção

José António Carreiro

Vice-Presidente


João António do Rio Rosa Bravo

Secretário


Dr. José Joaquim Pacheco dos Reis

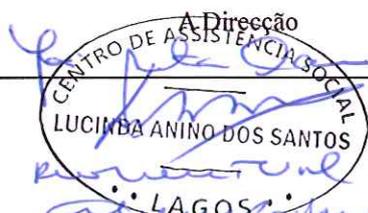
Tesoureiro


Dr.ª Ana Maria Martins Ventura

Vogal Efetivo


Maria Ascensão Rocha

RÚBRICAS	NOTAS	DATAS	
		31 DEZ 2018	31 DEZ 2017
ACTIVO			
Activo não corrente			
Ativos fixos tangíveis		2.198.077,48	2.250.878,31
Bens do património histórico e artístico e cultural		4.085,15	4.085,15
Ativos intangíveis		0,00	0,00
Investimentos financeiros		8.822,07	6.652,58
Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros		0,00	0,00
Outros Créditos e ativos não correntes		81.815,77	84.340,51
		2.292.800,47	2.345.956,55
Activo corrente			
Inventários		313,68	1.071,75
Créditos a receber		77.139,60	75.148,83
Estado e outros entes públicos		11.488,39	14.103,08
Caixa e depósitos bancários		64.011,58	6.744,07
Gastos a reconhecer		35.174,52	10.077,53
Fundadores/Beneméritos/Patrocinadores...		0,00	0,00
Adiantamentos a fornecedores		2.098,45	2.456,57
Outras contas a receber		130.051,18	77.575,78
		320.277,40	187.177,61
Total do ativo		2.613.077,87	2.533.134,16
FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO			
Fundos patrimoniais			
Fundos		416.234,11	416.234,11
Excedentes técnicos		0,00	0,00
Reservas		214.375,53	214.375,53
Resultados transitados		-455.258,16	-221.159,74
Excedentes de revalorização		0,00	0,00
Ajustamentos / Outras variações nos fundos patrimoniais		897.227,13	921.754,41
		1.072.578,61	1.331.204,31
Resultado líquido do período		183.283,00	-208.063,70
Total dos fundos patrimoniais		1.255.861,61	1.123.140,61
Passivo			
Passivo não corrente			
Provisões		0,00	0,00
Provisões específicas		0,00	0,00
Financiamentos obtidos		294.708,46	325.091,64
Outras contas a pagar		0,00	0,00
		294.708,46	325.091,64
Passivo corrente			
Fornecedores		300.595,31	329.902,30
Diferimentos		30.841,04	13.718,47
Estado e outros entes públicos		176.196,82	181.848,73
Fundadores/beneméritos/patrocinadores...		0,00	0,00
Outras contas a pagar		395.245,54	392.748,56
Outros passivos financeiros		0,00	0,00
Financiamentos obtidos		158.519,41	166.199,25
Adiantamentos a clientes		1.109,68	484,60
		1.062.507,80	1.084.901,91
Total do passivo		1.357.216,26	1.409.993,55
Total dos fundos patrimoniais e do passivo		2.613.077,87	2.533.134,16



CENTRO A. SOCIAL L. ANINO SANTOS
 DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS
 PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018

Contribuinte: 500877270

Moeda: EUROS

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	PERÍODOS	
		2018	2017
Vendas e serviços prestados	1	873.013,43	796.561,28
Subsídios, doações e legados à exploração		3.252.131,73	3.060.249,11
Variação nos inventários da produção		0,00	0,00
Trabalhos para a própria entidade		0,00	0,00
Custos das mercadorias vendidas e das matérias consumidas		121.728,28	272.377,41
Fornecimentos e serviços externos		699.753,07	478.840,26
Gastos com o pessoal		3.189.961,25	3.129.183,68
Ajustamentos de inventários (perdas/reversões)		0,00	0,00
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)		2.555,00	6.223,88
Provisões (aumentos/reduções)		0,00	0,00
Provisões específicas (aumentos/reduções)		0,00	0,00
Outras imparidades (perdas/reversões)		0,00	0,00
Aumentos/reduções de justo valor		0,00	0,00
Outros rendimentos		328.427,58	100.052,92
Outros gastos		153.368,44	159.328,66
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		286.206,70	-89.090,58
Gastos/reversões de depreciação e de amortização		78.533,08	90.806,15
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		207.673,62	-179.896,73
Juros e rendimentos similares obtidos		0,00	0,00
Juros e gastos similares suportados		24.390,62	28.166,97
Resultados antes de impostos		183.283,00	-208.063,70
Imposto sobre o rendimento do período		0,00	0,00
Resultado líquido do período		183.283,00	-208.063,70



 CENTRO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
 LUCINDA ANINO DOS SANTOS
 LAGOS

Lucinda Anino dos Santos
Lucinda Anino dos Santos

Lucinda Anino dos Santos



(Valores em Euros)

Página: 1 de 1

Valência	Descrição	Acumulado			
		Débito	Crédito	Saldo Débito	Saldo Crédito
90	CONTABILIDADE ANALÍTICA	4.315.894,37	4.499.177,37	678.851,17	678.851,17
9001	CENTRO DE INFÂNCIA E JUVENTUDE S.JOÃO	896.325,49	955.691,66	3.082,49	62.448,66
900101	Creche de S. João	185.171,59	221.292,28	0,00	36.120,69
900102	Pré-Escolar de S. João	277.458,55	303.786,52	0,00	26.327,97
900104	Lar de Jovens	433.695,35	430.612,86	3.082,49	0,00
9002	CENTRO INFANTIL DE STºAmaro	666.992,64	685.255,24	13.005,00	31.267,60
900201	Creche de Stº Amaro	290.087,96	277.082,96	13.005,00	0,00
900202	Pré-Escolar de Stº Amaro	250.275,22	263.130,89	0,00	12.855,67
900203	CATL de Stº Amaro	126.629,46	145.041,39	0,00	18.411,93
9003	CENTRO INFANTIL DE BENSFRIM	421.474,84	362.655,96	73.106,76	14.287,88
900301	Creche de Bensafrim	226.209,57	153.102,81	73.106,76	0,00
900302	Pré-Escolar de Bensafrim	195.265,27	209.553,15	0,00	14.287,88
9004	CENTRO INFANTIL DA LUZ	337.306,61	355.836,25	6.203,36	24.733,00
900401	Creche da Luz	124.011,89	139.295,38	0,00	15.283,49
900402	Pré-Escolar da Luz	168.441,91	177.891,42	0,00	9.449,51
900403	CATL da Luz	44.852,81	38.649,45	6.203,36	0,00
9005	CASA de SANTO AMARO	1.248.002,40	1.324.305,94	388.530,93	464.834,47
900501	Lar Residencial	595.454,27	631.376,91	0,00	35.922,64
900502	Centro Actividades Ocupacionais	182.230,04	222.610,94	0,00	40.380,90
90053	URP - IEFP 2016/2018	142.118,19	142.118,19	123.828,88	123.828,88
900531	ACÇÃO - 1 - A.ADMINISTRATIVO	18.289,31	142.118,19	0,00	123.828,88
900532	ACÇÃO - 2 - COZINHEIRO	24.369,50	0,00	24.369,50	0,00
900533	ACÇÃO - 3 - EMPREGADO ANDARES	18.937,44	0,00	18.937,44	0,00
900534	ACÇÃO - 4 - O.M.HOTELARIA	12.679,44	0,00	12.679,44	0,00
900535	ACÇÃO - 5 - JARDINAGEM	37.592,25	0,00	37.592,25	0,00
900537	ACÇÃO - 7 - INFORMÁTICA	30.250,25	0,00	30.250,25	0,00
90054	URP - 2018/2020	328.199,90	328.199,90	264.702,05	264.702,05
900541	Ass. Familiar	63.351,88	328.053,93	0,00	264.702,05
900542	Op. Gráfico	58.442,39	31,51	58.410,88	0,00
900543	Ass. Administrativo	55.483,15	30,03	55.453,12	0,00
900544	OP. Jardinagem	54.193,46	38,01	54.155,45	0,00
900545	Ass. Cozinha	45.403,01	18,32	45.384,69	0,00
900546	Informática	51.326,01	28,10	51.297,91	0,00
9006	CENTRO INFANTIL DO CHINICATO	293.138,95	336.353,98	0,00	43.215,03
900601	Creche do Chinicato	128.569,35	138.279,28	0,00	9.709,93
900602	Pré-Escolar do Chinicato	164.569,60	198.074,70	0,00	33.505,10
9007	ACÇÕES DE APOIO A COMUNIDADE	450.788,03	479.078,34	9.774,22	38.064,53
900701	Centro Juvenil	62.878,73	53.104,51	9.774,22	0,00
900702	Cantinas Sociais	7.409,41	15.190,00	0,00	7.780,59
900704	Centro Comunitário Duna	103.438,88	109.315,48	0,00	5.876,60
900705	Centro Comunitário do Chinicato	99.579,51	113.416,56	0,00	13.837,05
900706	RSI-Rendimento Social de Inserção /desp.15400/2004	177.481,50	188.051,79	0,00	10.570,29
9008	OUTROS PROJECTOS	1.865,41	0,00	1.865,41	0,00
900801	Albergue Juvenil	1.699,50	0,00	1.699,50	0,00
900802	Caslas Day	165,91	0,00	165,91	0,00
909999	Contrapartida da Analitica	4.499.177,37	4.315.894,37	183.283,00	0,00
	Totais	8.815.071,74	8.815.071,74	678.851,17	678.851,17
	Saldo Geral				

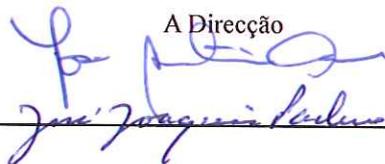


CENTRO A. SOCIAL L. ANINO SANTOS
DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA
PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018

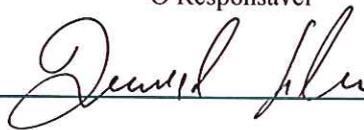
Moeda : (Valores em Euros)

RÚBRICAS	NOTAS	DATAS	
		2018	2017
Fluxos de caixa das actividades operacionais - método directo			
Recebimentos de Clientes e Utentes		876.453,04	830.844,40
Pagamentos de subsídios		0,00	0,00
Pagamentos de apoios		2.765,20	27.668,64
Pagamentos de bolsas		141.836,61	109.347,31
Pagamentos a fornecedores		789.036,31	685.155,26
Pagamentos ao pessoal		2.142.612,64	2.142.510,75
Caixa gerada pelas operações		-2.199.797,72	-2.133.837,56
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento		-225.440,52	-226.804,58
Outros recebimentos/pagamentos		3.111.468,24	3.138.480,23
Fluxos de caixa das atividades operacionais (1)		686.230,00	777.838,09
Fluxos de caixa das actividades de investimento			
Pagamentos respeitantes a:			
Ativos fixos tangíveis		-500,00	0,00
Ativos intangíveis		0,00	0,00
Investimentos financeiros		-2.803,00	0,00
Outros ativos		16.000,00	0,00
Recebimentos provenientes de:			
Ativos fixos tangíveis		4.000,00	0,00
Ativos intangíveis		0,00	0,00
Investimentos financeiros		275.000,00	5.000,00
Outros ativos		0,00	26,94
Subsídios ao investimento		0,00	0,00
Juros e rendimentos similares		0,00	0,00
Dividendos		0,00	0,00
Fluxos de caixa das atividades de investimento (2)		266.303,00	5.026,94
Fluxos de caixa das actividades de financiamento			
Recebimentos provenientes de:			
Financiamentos obtidos		815.000,00	346.279,49
Realização de fundos		0,00	0,00
Cobertura de prejuízos		0,00	0,00
Doações		19.337,06	16.302,11
Outras operações de financiamentos		0,00	9.215,83
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamentos obtidos		900.557,56	360.844,38
Juros e gastos similares		20.193,52	22.775,00
Dividendos		0,00	0,00
Redução de fundos		0,00	0,00
Outras operações de financiamento		0,00	0,00
Fluxos de caixa das atividades de financiamento (3)		-86.414,02	-11.821,95
Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)		866.118,98	771.043,08
Efeito das diferenças de câmbio		65,65	0,00
Caixa e seus equivalentes no início do período		6.744,07	14.568,10
Caixa e seus equivalentes no fim do período		64.011,58	6.744,07

A Direcção


 José Joaquim Lourenço da Silva

O Responsável


 Daniel Silva

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas do **Centro de Assistência Social Lucinda Anino dos Santos** (a instituição ou Entidade), que compreendem o balanço em 31 de dezembro de 2018 (que evidencia um total de 2.613.077,87 euros e um total de fundos patrimoniais de 1.255.861,61 euros, incluindo um resultado líquido de 183.283,00 euros), a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração de fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e as notas anexas às demonstrações financeiras que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas estão preparadas, em todos os aspetos materiais, de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo adotada em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística.

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras” abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Responsabilidades da Direção pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo adotada em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística;
- elaboração do relatório de atividades, nos termos legais e regulamentares aplicáveis;

- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devida a fraude ou erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo adotada em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística;
- concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer

incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;

- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, nos termos da Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo adotada em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística; e
- comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre o relatório de atividades

Em nossa opinião, o relatório de atividades foi preparado de acordo com as leis e regulamentos aplicáveis em vigor e a informação nele constante é coerente com as demonstrações financeiras auditadas, não tendo sido identificadas incorreções materiais.

Queijas, 25 de março de 2019



António Manuel Castanho Miranda Ribeiro (ROC 778)

Rua Rebelo da Silva, n.º 24,

2790 – 428 Queijas



*Centro de Assistência Social
Lucinda Anino dos Santos*

Pessoa Colectiva N.º 500 877 270

Rossio de S. João
Apartado 132 • 8601-902 Lagos
Telefs: 282 762 782 / 282 780 560
Fax 282 764 699

RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL

1 - Nos termos das disposições estatutárias, cumpre ao Conselho Fiscal elaborar relatório e emitir parecer sobre os documentos de prestação de contas da Direção do Centro de Assistência Social Lucinda Anino dos Santos, o que faz referenda ao exercício de 2018.

2 - Durante o exercício o Conselho Fiscal acompanhou com regularidade, os trabalhos da Direção, com presença nas respetivas reuniões, tomando conhecimento atempado da evolução da Instituição, bem como da regularidade contabilística, elaborada dentro das normas respetivas.

3 - No encerramento do exercício de 2018, foram analisados os documentos de prestação de contas, nomeadamente, Relatório de Gestão e de Atividades, Demonstração de Resultados por natureza, Fluxos de Caixa e Anexo ao Balance e Demonstração de Resultados, verificando-se o resultado positivo de 183.283,00€ (cento e oitenta e três euros e duzentos e oitenta e três cêntimos) e um total de Balanço de 2.613.077,87 € (dois milhões seiscentos e treze mil, setenta e sete euros e oitenta e sete cêntimos).

4 – É com agrado que o Conselho Fiscal analisa no exercício de 2018, o fecho de Contas com um resultado positivo.

5 – Deverá a Direção continuar com o rigor na despesa, de maneira a que os resultados futuros manifestem o equilíbrio financeiro.

6 - Nestes termos, o Conselho Fiscal é de parecer que a Assembleia Geral aprove as contas referente ao exercício de 2018, apresentadas pela Direção.

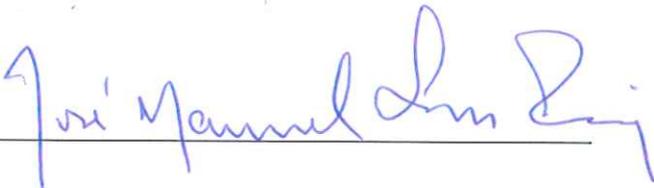
7 - Finalmente, o Conselho Fiscal refere a disponibilidade sempre demonstrada pela Direção, o empenho e competência demonstrada pelo Pessoal da Instituição na prossecução dos respetivos objetivos.

E não havendo mais assuntos a tratar foram os trabalhos encerrados e elaborada a presenta ata que vai ser assinada por todos os membros.

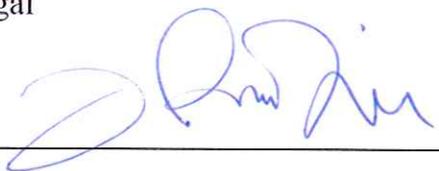
Presidente do Conselho Fiscal



Vogal



Vogal



CENTRO A. SOCIAL L. ANINO

SANTOS

Anexo

22 de março de 2019

2019

Índice

1	Identificação da Entidade	4
2	Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras.....	5
3	Principais Políticas Contabilísticas	5
3.1	Bases de Apresentação.....	5
3.2	Políticas de Reconhecimento e Mensuração.....	8
4	Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros:	11
5	Ativos Fixos Tangíveis	12
6	Ativos Intangíveis.....	15
7	Locações.....	16
8	Custos de Empréstimos Obtidos.....	17
9	Inventários	17
10	Rédito.....	18
11	Subsídios do Governo e apoios do Governo.....	18
12	Imposto sobre o Rendimento	18
13	Benefícios dos empregados	19
14	Divulgações exigidas por outros diplomas legais	19
15	Outras Informações	20
15.1	Investimentos Financeiros	20
15.2	Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros	20
15.3	Clientes e Utentes.....	21
15.4	Outras contas a receber.....	22
15.5	Diferimentos	22
15.6	Outros Ativos Financeiros.....	22
15.7	Caixa e Depósitos Bancários	22
15.8	Fundos Patrimoniais	23
15.9	Fornecedores	23
15.10	Estado e Outros Entes Públicos	23
15.11	Outras Contas a Pagar	24
15.12	Outros Passivos Financeiros	24
15.13	Subsídios, doações e legados à exploração	24
15.14	Fornecimentos e serviços externos	24

2019

15.15	Outros rendimentos.....	25
15.16	Outros gastos.....	25
15.17	Resultados Financeiros	25
16	Resultados Líquidos	26
17	Acontecimentos após data de Balanço	26

1 Identificação da Entidade

- a) Centro de Assistência Social Lucinda Anino dos Santos (doravante designado por “Caslas”, “Centro” ou “Instituição”), com sede em Lagos, no Rossio de S. João, inicialmente designado por Patronato Nossa Senhora do Carmo, foi constituído em 20 de fevereiro de 1931, por Lucinda Anino dos Santos e Cesaltina Roque. Os primeiros Estatutos datam de 1944, tendo sido alterados em 1954, passando então a instituição a denominar-se Centro de Assistência de Nossa Senhora do Carmo. Em maio de 1982, os Estatutos foram novamente alterados, data em que a instituição passou a ter a atual designação. Em setembro de 1987, com vista à transformação do Cento numa Instituição Particular de Solidariedade Social ocorreu nova alteração estatutária.
- b) O Caslas é atualmente uma das mais prestigiantes instituições no contexto do Associativismo do Município de Lagos.
- c) O Caslas é uma instituição particular de solidariedade nacional, reconhecida de pessoa coletiva de utilidade pública, que tem vindo a assegurar durante vários anos a promoção social dos extratos populacionais mais desfavorecidos, constituindo um importante agente de desenvolvimento social na zona de Lagos.
- d) Tal como consta nos seus estatutos, registados no Livro n.º2 das Associações de Solidariedade Social, pelo averbamento n.º3 a inscrição n.º5/82, a folhas 13 verso e 14, efetuado em 5 de novembro de 2003, nos termos do n.º2 do artigo 13.º do Regulamento aprovado pela Portaria n.º 778/83, de 23 de julho, a instituição tem como finalidade contribuir para a promoção social dos extratos populacionais mais jovens, deficientes e idosos na área do concelho onde está inserida.
- e) Para a realização dos seus objetivos a instituição tem em funcionamento um lar de jovens, várias creches e jardins-de-infância, centros de atividade de tempos livres (CATL), centros comunitários, centro juvenil, lar de residencial para pessoas com deficiência e centro de atividades ocupacionais.
- f) Os serviços prestados pela instituição são gratuitos ou remunerados em regime de proporcionismo, de acordo com a situação económico-familiar dos utentes.
- g) É entendimento da Direção que estas demonstrações financeiras refletam de forma verdadeira e apropriada as operações da instituição, bem como a sua posição e desempenho financeiro e os seus fluxos de caixa.

2 Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras

As demonstrações financeiras do exercício foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos registos da instituição e de acordo com as normas reguladas pelos seguintes diplomas legais:

- Decreto-lei n.º 98/2015 de 2 de Junho - Sistema de Normalização Contabilística;
- Portaria n.º 208/2015 de 23 de Julho - Código de Contas;
- Portaria n.º 220/2015 de 24 de Julho - Modelos de Demonstrações Financeiras e Anexo;
- Aviso n.º 8259/2015 - Norma Contabilística e de Relato Financeiro para as ESNL.

De forma a garantir a expressão verdadeira e apropriada, quer da posição financeira quer do desempenho da Instituição, foram utilizadas as normas que integram o SNC-ESNL, antes referidas, em todos os aspectos relativos ao reconhecimento, mensuração e divulgação.

As demonstrações financeiras foram elaboradas com um período de reporte coincidente com o ano civil, no pressuposto da continuidade de operações da entidade e no regime do acréscimo, utilizando os modelos das demonstrações financeiras previstos nas alíneas a), b) e) e f) no artigo 4º Portaria n.º 220/2015 de 24 de Julho, designadamente o balanço, a demonstração de resultados, a demonstração de fluxos de caixa e o anexo.

2.1 - Indicação e justificação das disposições das ESNL que, em casos excepcionais, tenham sido derogadas

Nos períodos abrangidos pelas presentes demonstrações financeiras não foram derogadas quaisquer disposições do SNC que tenham produzido efeitos materialmente relevantes e que pudessem por em causa a imagem verdadeira e apropriada que devam aos interessados pelas informações disponibilizadas.

2.2 - Indicação e comentário das contas do balanço e da demonstração dos resultados cujos conteúdos não sejam comparáveis com os do período anterior

As quantias relativas ao período findo em 31 de Dezembro de 2016, incluídas nas presentes demonstrações financeiras para efeitos comparativos, estão apresentadas em conformidade com o modelo resultante das alterações introduzidas pelos diplomas legais emitidos no âmbito da publicação do SNC-ESNL.

3 Principais Políticas Contabilísticas

As principais políticas contabilísticas aplicadas pela Entidade na elaboração das Demonstrações Financeiras foram as seguintes:

3.1 Bases de Apresentação

As Demonstrações Financeiras foram preparadas de acordo com as Bases de Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF)

3.1.1 Regime do Acréscimo (periodização económica):

Os efeitos das transações e de outros acontecimentos são reconhecidos quando eles ocorram (satisfeitas as definições e os critérios de reconhecimento de acordo com a estrutura concetual, independentemente do momento do pagamento ou do recebimento) sendo registados contabilisticamente e relatados nas demonstrações financeiras dos períodos com os quais se relacionem. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registados respetivas contas das rubricas “Devedores e credores por acréscimos” e “Diferimentos”.

3.1.2 Continuidade:

Com base na informação disponível e as expetativas futuras, a Entidade continuará a operar no futuro previsível, assumindo não há a intenção nem a necessidade de liquidar ou de reduzir consideravelmente o nível das suas operações. Para as Entidades do Setor Não Lucrativo, este pressuposto não corresponde a um conceito económico ou financeiro, mas sim à manutenção da atividade de prestação de serviços ou à capacidade de cumprir os seus fins.

3.1.3 Compreensibilidade

As Demonstrações Financeiras devem ser de fácil compreensão para os Utentes da informação que relatam. Contudo, não devem ser evitadas matérias complexas, dado que elas são, por norma, fundamentais à tomada de decisão.

3.1.4 Relevância

Toda a informação produzida é relevante quando influencia a tomada de decisões dos utentes, ajudando a compreender o passado, realizar o presente e projetar o futuro, expurgando erros ou ineficiências.

3.1.5 Materialidade

A relevância da informação é afetada pela sua natureza e materialidade. A materialidade depende da quantificação da omissão ou erro. A informação é material se a sua omissão ou inexatidão influenciarem as decisões económicas tomadas por parte dos utentes com base nas demonstrações financeiras influenciarem. Itens que não são materialmente relevante para justificar a sua apresentação separada nas demonstrações financeiras podem ser materialmente relevante para que sejam discriminados nas notas deste anexo.

3.1.6 Fiabilidade

A informação apenas é útil se for fiável. Para tal, deve estar expurgada de erros e preconceitos que vão enviesar a tomada de decisão. Mais do que opiniões, ela deve refletir factos consolidados e comprovados.

3.1.7 Representação Fidedigna

A fiabilidade da informação adquire-se com a representação fidedigna das transações e outros acontecimentos que se pretende relatar. Mesmo que sujeita a riscos, deve haver a preocupação constante mensurar todos os valores recorrendo a ferramentas e factos que documentem e confirmem segurança na hora da tomada de decisão.

3.1.8 Substância sobre a forma

Os acontecimentos devem ser contabilizados de acordo com a sua substância e realidade económica. A exclusiva observância da forma legal pode não representar fielmente determinado acontecimento. O exemplo pode ser dado quando se aliena um ativo, mas se continua a usufruir de benefícios gerados por esse bem, através de um acordo. Neste caso, o relato da venda não representa fielmente a transação ocorrida.

3.1.9 Neutralidade

A informação deve ser neutra. As opiniões e preconceitos são atitudes que enviesam a tomada de decisão.

3.1.10 Prudência

A incerteza e o risco marcam o quotidiano das organizações. As dívidas incobráveis, as vidas úteis prováveis, as reclamações em sede de garantia conferem graus de incerteza mais ou menos relevantes que devem ser relevados nas demonstrações financeiras. Contudo, deve manter-se rigor nesta análise, de forma a não subavaliar ou sobreavaliar os acontecimentos, não criar reservas ocultas, nem provisões excessivas.

3.1.11 Plenitude

A informação é fiável quando nas demonstrações financeiras respeita os limites de materialidade e de custo. Omissões podem induzir em erro, pois podem produzir dados falsos ou deturpadores da realidade e levar a decisões erradas.

3.1.12 Comparabilidade

A informação comparativa deve ser divulgada, nas Demonstrações Financeiras, com respeito ao período anterior. Respeitando ao Princípio da Continuidade da Entidade, as políticas contabilísticas devem ser levados a efeito de maneira consistente em toda a Entidade e ao longo do tempo e de maneira consistente. Procedendo-se a alterações das políticas contabilísticas, as quantias comparativas afetadas pela reclassificação devem ser divulgadas, tendo em conta:

- h) A natureza da reclassificação;
- i) A quantia de cada item ou classe de itens que tenha sido reclassificada; e
- j) Razão para a reclassificação.

3.2 Políticas de Reconhecimento e Mensuração

3.2.1 Fluxos de Caixa

A direção deve comentar quantias dos saldos significativos de caixa e seus equivalentes que não estão disponíveis para uso. Os valores inscritos na rubrica de caixa e em depósitos bancários devem ser desagregados, para melhor compreensão.

Devem ser divulgados agregadamente, no que respeita tanto à obtenção como à perda de controlo de subsidiárias ou de outras unidades empresariais durante o período cada um dos seguintes pontos:

- a) A retribuição total paga ou recebida;
- b) A parte da retribuição que consista em caixa e seus equivalentes;
- c) A quantia de caixa e seus equivalentes na subsidiária ou na unidade empresarial sobre as quais o controlo é obtido ou perdido; e
- d) A quantia dos ativos e passivos que não sejam caixa e seus equivalentes na subsidiária ou unidade empresarial sobre as quais o controlo é obtido ou perdido, resumida por cada categoria principal.

Devem ser indicadas as transações de investimento e de financiamento que não tenham exigido o uso de caixa ou seus equivalentes, de forma a proporcionar toda a informação relevante acerca das atividades de investimento e de financiamento.

3.2.2 Ativos Intangíveis

Os activos intangíveis, que compreendem essencialmente “Programas de computador”, encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das amortizações e quaisquer perdas de imparidade acumuladas.

As amortizações são calculadas segundo o método das quotas constantes, utilizando-se para o efeito as taxas definidas no DR 25/2009 de 14 de Setembro, e utilizou-se o regime dos duodécimos.

As taxas de amortização utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada que se encontra na tabela abaixo:

Descrição	Vida útil estimada (anos)
Projetos de Desenvolvimento	
Programas de Computador	3
Propriedade industrial	
Outros Ativos Intangíveis	

O valor residual de um "Ativo Intangível" com vida útil finita deve ser assumido como sendo zero, exceto se:

- k) Houver um compromisso de um terceiro de comprar o ativo no final da sua vida útil, ou
- l) Houver um mercado ativo para este ativo, e
- m) Seja provável que tal mercado exista no final da sua vida útil.

3.2.3 Ativos Fixos Tangíveis

Os activos fixos tangíveis encontram-se registados ao seu custo considerado, o qual corresponde ao custo de aquisição, deduzido de depreciações e quaisquer perdas de imparidade acumuladas. As depreciações são calculadas, quando o activo estiver disponível para o uso, pelo método da linha recta, de uma forma consistente de período para período. Tal como em 2015 foram utilizadas as taxas definidas no DR 25/2009 de 14 de Setembro, que se consideram representarem satisfatoriamente a vida útil estimada dos bens, tendo-se utilizado o regime dos duodécimos. Para bens adquiridos até 31 de Dezembro de 2011 são utilizadas as taxas em vigor definidas no DL 78/79, de 3 de Março.

Relativamente ao desreconhecimento da quantia escriturada de um item do activo fixo tangível o mesmo terá lugar no momento da alienação, ou quando não se espere futuros benefícios económicos de seu uso.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada que se encontra na tabela abaixo:

Descrição	Vida útil estimada (anos)
Terrenos e recursos naturais	0
Edifícios e outras construções	50
Equipamento básico	6
Equipamento de transporte	5
Equipamento biológico	6
Equipamento administrativo	5
Outros Ativos fixos tangíveis	4

A Entidade revê anualmente a vida útil de cada ativa, assim como o seu respetivo valor residual quando este exista.

As mais ou menos valias provenientes da venda de ativos fixos tangíveis são determinadas pela diferença entre o valor de realização e a quantia escriturada na data de alienação, as sendo que se encontra espelhadas na Demonstração dos Resultados nas rubricas “Outros rendimentos operacionais” ou “Outros gastos operacionais”.

a) Inventários

As matérias-primas encontram-se valorizadas pelo seu custo histórico ou valor realizável líquido, no caso de este ser inferior (utilizando o FIFO como forma de custeio).

Os gastos relativos aos inventários são registados no mesmo período de reporte em que o rédito é reconhecido. A entidade utiliza o regime de inventário permanente.

b) Empréstimos

Os empréstimos são registados no passivo ao custo, deduzido dos custos de transacção que sejam directamente atribuíveis à emissão desses passivos, sendo expressos no balanço no passivo corrente ou não corrente, dependendo de o seu vencimento ocorrer a menos ou a mais de um ano, respectivamente. O seu desreconhecimento só ocorre quando cessarem as obrigações decorrentes dos contractos, designadamente quando tiver havido lugar a liquidação, cancelamento ou expiração.

Os custos de juros e outros incorridos com empréstimos são calculados de acordo com a taxa de juro efectiva e contabilizados na demonstração dos resultados do período de acordo com o regime do acréscimo, excepto, nos casos em que possam ser capitalizados.

c) Caixa e depósitos Bancários

Os montantes incluídos nestas rubricas correspondem aos valores de caixa, depósitos à ordem e outros depósitos que sejam mobilizáveis sem risco significativo de alteração de valor. Se o seu vencimento for inferior a 12 meses, são reconhecidos como activo corrente, caso contrário, são reconhecidos como activo não corrente.

d) Dividas a Terceiros

As dívidas a fornecedores ou a outros terceiros que não vencem juros são registados ao custo ou custo amortizado. O seu desreconhecimento só ocorre quando cessarem as obrigações designadamente quando tiver havido lugar a liquidação, cancelamento ou expiração.

e) Regime do acréscimo

Os gastos e rendimentos são registados no período a que se referem, independentemente do seu pagamento ou recebimento, de acordo com o regime de acréscimo. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e as correspondentes receitas e despesas são registadas nas rubricas “Outras contas a receber e a pagar” ou “Diferimentos”.

f) Réditos

O rédito relativo a prestações de serviços decorrentes da actividade ordinária da instituição, é reconhecido pelo justo valor da retribuição recebida ou a receber. Ou seja, o rédito associado a uma transacção deve ser reconhecido com referência à fase de acabamento da transacção. No caso das prestações de serviços continuadas, o valor do rédito é reconhecido numa base de linha recta.

g) Subsídios

Os subsídios, incluindo os subsídios não monetários, são reconhecidos quando existe garantia de que irão ser recebidos e que a entidade cumprirá as condições exigidas a eles associadas.

Os subsídios relacionados com rendimentos, são reconhecidos como rendimentos do próprio período, na rubrica “subsídios à exploração” da demonstração de resultados do período em que os programas/contractos são realizados, independentemente da data do seu recebimento, a não ser que se tornem recebíveis num período posterior, onde serão rendimentos desse período.

Os subsídios não reembolsáveis relacionados com activos fixos tangíveis e intangíveis são inicialmente reconhecidos nos Fundos Patrimoniais, sendo posteriormente reconhecidos na demonstração dos resultados numa base sistemática e racional durante os períodos contabilísticos necessários para balanceá-los com os gastos relacionados.

Os subsídios reembolsáveis são contabilizados como Passivos, na rubrica de “Financiamentos Obtidos”.

h) Eventos subsequentes

Os eventos ocorridos após a data do balanço que proporcionem provas ou informações adicionais sobre condições que existam à data do balanço (acontecimentos que dão lugar a ajustamentos), são reflectidos nas demonstrações financeiras da Instituição. Os eventos após a data do balanço que sejam indicativos de condições que surgiram após a data do balanço (acontecimentos que não dão lugar a ajustamentos), quando materiais, são divulgados no anexo às demonstrações financeiras.

4 Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros:

Não se verificaram quaisquer efeitos resultantes de alteração voluntária em políticas contabilísticas.

5 Ativos Fixos Tangíveis**Bens do domínio público**

A Entidade usufrui dos seguintes “Ativos Fixos Tangíveis” do domínio público:

Descrição

Bens do património histórico, artístico e cultural

No período de 2017, ocorreram os seguintes movimentos nos “Bens do património, histórico, artístico e cultural”:

Descrição	2017					Saldo final
	Saldo inicial	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações	
Custo	0,00					0,00
Bens Imóveis	0,00					0,00
Arquivos	0,00					0,00
Bibliotecas	0,00					0,00
Museus	4.085,15					4.085,15
Bens móveis	0,00					0,00
Total	4.085,15	0,00	0,00	0,00	0,00	4.085,15

Descrição	2017			Saldo final
	Saldo Inicial	Abates	Diminuições	
Custo				
Bens Imóveis				
Arquivos				
Bibliotecas				
Museus				
Bens móveis				
Total	0,00	0,00	0,00	0,00

No período de 2018, ocorreram os seguintes movimentos nos “Bens do património, histórico, artístico e cultural”:

Descrição	2018					Saldo final
	Saldo inicial	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações	
Custo	0,00					0,00
Bens Imóveis	0,00					0,00
Arquivos	0,00					0,00
Bibliotecas	0,00					0,00
Museus	4.085,15					4.085,15
Bens móveis	0,00					0,00
Total	4.085,15	0,00	0,00	0,00	0,00	4.085,15

Outros Ativos Fixos Tangíveis

A quantia escriturada bruta, as depreciações acumuladas, a reconciliação da quantia escriturada no início e no fim dos períodos de 2017 e de 2018, mostrando as adições, os abates e alienações, as depreciações e outras alterações, foram desenvolvidas de acordo com o seguinte quadro:

Descrição	2017					Saldo final
	Saldo inicial	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações	
Custo						
Terrenos e recursos naturais	39.996,93					39.996,93
Edifícios e outras construções	3.033.664,39					3.033.664,39
Equipamento básico	958.529,63	22.015,05				980.544,68
Equipamento de transporte	532.186,93					532.186,93
Equipamento biológico						0,00
Equipamento administrativo	324.521,83	316,72				324.838,55
Outros Ativos fixos tangíveis	4.165,57					4.165,57
Total	4.893.065,28	0,00	0,00	0,00	0,00	4.915.397,05
Depreciações acumuladas						
Terrenos e recursos naturais	0,00					0,00
Edifícios e outras construções	1.011.220,00	64.802,94				1.076.022,94
Equipamento básico	828.562,00	16.618,28				845.180,28
Equipamento de transporte	495.933,47	5602,15				501.535,62
Equipamento biológico	0,00					0,00
Equipamento administrativo	315.012,77	2.043,47				317.056,24
Outros Ativos fixos tangíveis	4.013,41	0,00				4.013,41
Total	2.654.741,65	89066,84	0,00	0,00	0,00	2.743.808,49

Descrição	2018					Saldo final
	Saldo inicial	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações	
Custo						
Terrenos e recursos naturais	39.996,93					39.996,93
Edifícios e outras construções	3.033.664,39					3.033.664,39
Equipamento básico	980.544,68	10.202,66				990.747,34
Equipamento de transporte	532.186,93					532.186,93
Equipamento biológico	0,00					0,00
Equipamento administrativo	324.838,55	766,98				325.605,53
Outros Ativos fixos tangíveis	4.165,57					4.165,57
Total	4.915.397,05	0,00	0,00	0,00	0,00	4.926.366,69
Depreciações acumuladas						
Terrenos e recursos naturais	0,00					0,00
Edifícios e outras construções	1.076.022,94	56.314,37				1.132.337,31
Equipamento básico	845.180,28	13.177,68				858.357,96
Equipamento de transporte	501.535,62	5.602,15				507.137,77
Equipamento biológico	0,00					0,00
Equipamento administrativo	317.056,24	1.564,57				318.620,81
Outros Ativos fixos tangíveis	4.013,41					4.013,41
Total	2.743.808,49	76.658,77	0,00	0,00	0,00	2.820.467,26

Propriedades de Investimento

No que concerne às "Propriedades de Investimento" os movimentos ocorridos, nos períodos de 2017 e 2018, foram os seguintes:

Descrição	2017					
	Saldo inicial	Aquisições	Alienações	Transferências	Variação do Justo Valor	Saldo Final
P.Investimento	121.799,71					121.799,71
Total	121.799,71	0,00	0,00	0,00	0,00	121.799,71

Descrição	2018					
	Saldo inicial	Aquisições	Alienações	Transferências	Variação do Justo Valor	Saldo Final
P.Investimento	121.799,71		650,43			121.149,28
Total	121.799,71	0,00	650,43	0,00	0,00	121.149,28

6 Ativos Intangíveis**Bens do domínio público**

A Entidade usufrui dos seguintes "Ativos Intangíveis" do domínio público:

Descrição

Outros Ativos Intangíveis

A quantia escriturada bruta, as amortizações acumuladas, a reconciliação da quantia escriturada no início e no fim dos períodos de 2011 e de 2012, mostrando as adições, os abates e alienações, as amortizações e outras alterações, foram desenvolvidas de acordo com o seguinte quadro:

Descrição	2017					
	Saldo inicial	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações	Saldo final
Custo						
Goodwill	0,00					0,00
Projetos de Desenvolvimento	0,00					0,00
Programas de Computador	12.496,80					12.496,80
Propriedade Industrial	0,00					0,00
Outros Ativos intangíveis	0,00					0,00
Total	12.496,80	0,00	0,00	0,00	0,00	12.496,80
Depreciações acumuladas						
Goodwill	0,00					0,00
Projetos de Desenvolvimento	12.496,80					12.496,80
Programas de	0,00					0,00

Computador						
Propriedade Industrial	0,00					0,00
Outros Ativos intangíveis	0,00					0,00
Total	12.496,80	0,00	0,00	0,00	0,00	12.496,80

Descrição	Saldo inicial	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações	Saldo final
Custo						
Goodwill	0,00					0,00
Projetos de Desenvolvimento	0,00					0,00
Programas de Computador	12.496,80					12.496,80
Propriedade Industrial	0,00					0,00
Outros Ativos intangíveis	0,00					0,00
Total	12.496,80	0,00	0,00	0,00	0,00	12.496,80
Depreciações acumuladas						
Goodwill	0,00					0,00
Projetos de Desenvolvimento	12.496,80					12.496,80
Programas de Computador	0,00					0,00
Propriedade Industrial	0,00					0,00
Outros Ativos intangíveis	0,00					0,00
Total	12.496,80	0,00	0,00	0,00	0,00	12.496,80

7 Locações

A Entidade detinha os seguintes ativos adquiridos com recurso à locação financeira:

Descrição	2018			2017		
	Custo de Aquisição	Depreciações Acumuladas	Quantia Escriturada	Custo de Aquisição	Depreciações Acumuladas	Quantia Escriturada
Terrenos e recursos naturais						
Edifícios e outras construções	69.487,50	18.066,75	51.420,75	69.487,50	16.677,00	52.810,50
Equipamento básico						
Equipamento de transporte						
Equipamento biológico						
Equipamento administrativo						
Outros Ativos fixos tangíveis						
Total	69.487,50	18.066,75	51.420,75	69.487,50	16.677,00	52.810,50

Os planos de reembolso da dívida, discriminam-se da seguinte forma:

Descrição	2018			2017		
	Capital	Juros	Total	Capital	Juros	Total
Até um ano						
De um a cinco anos						
Mais de cinco anos	20.843,84	6.205,23	14.638,61	26.926,32	6.082,48	20.843,84
Total	20.843,84	6.205,23	14.638,61	26.926,32	6.082,48	20.843,84

8 Custos de Empréstimos Obtidos

Os encargos financeiros relacionados com empréstimos obtidos são usualmente reconhecidos como gastos à medida que são incorridos.

Descrição	2018			2017		
	Corrente	Não Corrente	Total	Corrente	Não Corrente	Total
Empréstimos Bancários	80.000,00	180.069,85	260.069,85	35.000,00	204.247,80	204.247,80
Locações Financeiras	0,00	14.638,61	14.638,61	0,00	20.843,84	20.843,84
Descobertos Bancários	0,00	0,00	0,00	9.215,83	0,00	9.215,83
Contas caucionadas	65.000,00	100.000,00	165.000,00	100.000,00	100.000,00	256.983,42
Contas Bancárias de Factoring			0,00			0,00
Contas bancárias de letras descontadas			0,00			0,00
Outros Empréstimos	20.570,45	0,00	20.570,47	21.983,42	0,00	0,00
Total	158.519,45	294.708,46	460.278,91	166.199,25	325.091,64	491.290,89

Os planos de reembolso da dívida da Entidade, referente a empréstimos obtidos, detalham-se como segue:

Descrição	2018			2017		
	Capital	Juros	Total	Capital	Juros	Total
Até um ano						
De um a cinco anos						
Mais de cinco anos						
Total	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

9 Inventários

Em 31 de dezembro de 2018 e de 2017 a rubrica "Inventários" apresentava os seguintes valores:

Descrição	2017				2018		
	Inventário inicial	Compras	Reclassificações e Regularizações	Inventário final	Compras	Reclassificações e Regularizações	Inventário final
Mercadorias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	0,00	273.555,11	272.483,36	1.071,75	120.656,53	121.866,66	313,68
Produtos acabados e intermédios	0,00		0,00	0,00		0,00	0,00
Subprodutos, desperdícios, resíduos e refugos	0,00		0,00	0,00		0,00	0,00
Produtos e trabalhos em curso	0,00		0,00	0,00		0,00	0,00
Total	0,00	273.555,11	272.483,36	1.071,75	120.656,53	121.728,28	0,00
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	1071,75	120656,53	121.728,28				

10 Rédito

Para os períodos de 2018 e 2017 foram reconhecidos os seguintes Réditos:

Descrição	2018	2017
Vendas	0,00	0,00
Prestação de Serviços		
Quotas de utilizadores	870.501,43	794.336,88
Quotas e joias	2.512,00	2.224,40
Promoções para captação de recursos	0,00	0,00
Rendimentos de patrocinadores e colaborações	0,00	0,00
Juros	0,00	0,00
Royalties	0,00	0,00
Dividendos	0,00	0,00
Total	873.013,43	796.561,28

11 Subsídios do Governo e apoios do Governo

A 31 de dezembro de 2018 e 2017, a Entidade tinha os seguintes saldos nas rubricas de “Subsídios do Governo” e “Apoios do Governo”:

Descrição	2018	2017
Subsídios do Governo		
IGFSS, IP	2.614.291,24	2.501.946,70
IEFP, IP	519.599,25	529.127,27
AUTARQUIAS	5.439,20	2.662,40
OUTRAS ENTIDADES	64.748,76	106,87
Total	3.204.078,45	3.033.843,24

12 Imposto sobre o Rendimento

O imposto corrente contabilizado, no montante de 0,00€, corresponde ao valor esperado a pagar referente:

Descrição	2018	2017
IRC Liquidado	0,00	0,00
Tributação Autónoma	0,00	0,00
Total	0,00	0,00

13 Benefícios dos empregados

O número de membros dos órgãos sociais, nos períodos de 2018 e 2017, é:

Assembleia Geral	3
Conselho Fiscal	3
Direção.....	5

Os órgãos diretivos usufruem as seguintes remunerações:

	2018	2017
Remunerações aos Órgãos Sociais	23.212,00	21.538,00
Remunerações adicionais (alimentação)	942,18	938,35
Ajudas de Custo	0,00	479,74
Encargos sobre as Remunerações	3.817,00	3.532,21
Total	27.971,18	26.488,30

O número médio de pessoas ao serviço da Entidade em 31/12/2018 foi de "221" e em 31/12/2017 foi de "209".

Os gastos que a Entidade incorreu com os funcionários foram os seguintes:

Descrição	2018	2017
Remunerações aos Órgãos Sociais	24.154,18	22.956,09
Remunerações ao pessoal	2.585.809,82	2.542.150,42
Benefícios Pós-Emprego	0,00	0,00
Indemnizações	6.419,92	668,52
Encargos sobre as Remunerações	539.856,24	528.682,76
Seguros de Acidentes no Trabalho e Doenças Profissionais	17.086,80	17.234,59
Gastos de Ação Social	0,00	0,00
Outros Gastos com o Pessoal	16.634,29	17.755,41
Total	3.189.961,25	3.129.447,79

* - Em 2017 foram incorporados na rubrica 63 os gastos com o projecto URP.

14 Divulgações exigidas por outros diplomas legais

A Entidade não apresenta dívidas ao Estado em situação de mora, nos termos do Decreto-Lei 534/80, de 7 de novembro.

Dando cumprimento ao estabelecido no Decreto-Lei 411/91, de 17 de outubro, informa-se que a situação da Entidade perante a Segurança Social se encontra regularizada, dentro dos prazos legalmente estipulados.

Os honorários faturados pelo Revisor Oficial de Contas, para 2017 e 2018, foram de 307,50 € e 307,50 em cada um dos períodos.

15 Outras Informações

De forma a uma melhor compreensão das restantes demonstrações financeiras, são divulgadas as seguintes informações.

15.1 Investimentos Financeiros

Nos períodos de 2018 e 2017, a Entidade detinha os seguintes “Investimentos Financeiros”:

Descrição	2018	2017
Investimentos em subsidiárias	0,00	0,00
Método de Equivalência Patrimonial	0,00	0,00
Outros Métodos	0,00	0,00
Investimentos em associadas	0,00	0,00
Método de Equivalência Patrimonial	0,00	0,00
Outros Métodos	0,00	0,00
Investimentos em entidades conjuntamente controladas	0,00	0,00
Método de Equivalência Patrimonial	0,00	0,00
Outros Métodos	0,00	0,00
Investimentos noutras empresas	500,00	500,00
Outros investimentos financeiros	8.322,07	6.152,58
Perdas por Imparidade Acumuladas	0,00	0,00
Total	8.822,07	6.652,58

15.2 Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros

A 31 de dezembro de 2018 e 2017, apresentava os seguintes saldos:

Descrição	2018	2017
Ativo		
Fundadores/associados/membros - em curso	0,00	0,00
Doadores - em curso	0,00	0,00
Patrocinadores	0,00	0,00
Quotas	0,00	0,00
Financiamentos concedidos - Fundador/doador	0,00	0,00
Outras operações	0,00	0,00
Perdas por imparidade	0,00	0,00
Total	0,00	0,00
Passivo		
Fundadores/associados/membros - em curso	0,00	0,00
Financiamentos obtidos - Fundador/doador	0,00	0,00
Resultados disponíveis	0,00	0,00
Outras operações	0,00	0,00
Total	0,00	0,00

Relativamente a Beneficiários das mutualidades, estes para os períodos de 2018 e 2017, são discriminados da seguinte forma:

Outras operações	2018		2017	
	Não Corrente	Corrente	Não Corrente	Corrente
Beneficiários das mutualidades - prestações a pagar				
Beneficiários das mutualidades - capitais vencidos a pagar				
Beneficiários das mutualidades - rendas vitalícias a pagar				
Beneficiários das mutualidades - melhorias de benefícios				
Beneficiários das mutualidades - subvenções				
Total	0,00	0,00	0,00	0,00

15.3 Clientes e Utentes

Para os períodos de 2018 e 2017 a rubrica "Clientes" encontra-se desagregada da seguinte for:

Descrição	2018	2017
Clientes e Utentes c/c		
Clientes	0,00	0,80
Utentes	74.213,24	72.012,91
Clientes e Utentes títulos a receber		
Clientes	0,00	0,00
Utentes	0,00	0,00
Clientes e Utentes factoring		
Clientes		
Utentes		
Clientes e Utentes cobrança duvidosa		
Clientes		
Utentes	61.105,56	58.759,32
Total	135.318,70	130.288,43

Nos períodos de 2018 e 2017 foram registadas as seguintes "Perdas por Imparidade" acumuladas:

Descrição	2018	2017
Clientes		
Utentes	-58.179,20	-55.624,20
Total	-58.179,20	-55.624,20

15.4 Outras contas a receber

A rubrica "Outras contas a receber" tinha, em 31 de dezembro de 2018 e 2017, a seguinte decomposição:

Descrição	2018	2017
Remunerações a pagar ao pessoal	-400,51	-3.015,35
Adiantamentos ao pessoal	6.742,46	5.999,10
Adiantamentos a Fornecedores de Investimentos	0,00	0,00
Devedores por acréscimos de rendimentos	930,00	1.937,50
Outras operações	-1.469,76	-919,19
Outros Devedores	7.858,86	-579,94
Perdas por Imparidade	0,00	0,00
Total	13.661,05	3.422,12

15.5 Diferimentos

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, a rubrica "Diferimentos" englobava os seguintes saldos:

Descrição	2018	2017
Gastos a Reconhecer		
	35.174,52	10.077,53
Total	35.174,52	10.077,53
Rendimentos a Reconhecer		
	30.841,04	13.718,47
Total	30.841,04	13.718,47

15.6 Outros Ativos Financeiros

A Entidade detinha, em 31 de dezembro de 2018 e 2017, investimentos nas seguintes entidades:

Descrição	2018	2017
Participações	500,00	500,00
Total	500,00	500,00

15.7 Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica de "Caixa e Depósitos Bancários", a 31 de dezembro de 2018 e 2017, encontrava-se com os seguintes saldo:

Descrição	2018	2017
Caixa	2.483,59	1.553,62
Depósitos à ordem	61.527,99	5.190,45
Depósitos a prazo	0,00	0,00
Outros		
Total	64.010,58	6.744,07

15.8 Fundos Patrimoniais

Nos "Fundos Patrimoniais" ocorreram as seguintes variações:

Descrição	Saldo Inicial	Aumentos	Diminuições	Saldo Final
Fundos	416.234,11	0,00	0,00	416.234,11
Excedentes técnicos	0,00	0,00	0,00	0,00
Reservas	214.375,53	0,00	0,00	214.375,53
Resultados transitados	-221.159,74	0,00	-234.098,42	-455.258,16
Excedentes de revalorização	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras variações nos fundos patrimoniais	921.754,41	0,00	-24.527,28	897.227,13
Total	1.331.204,31	0,00	-258.625,70	1.072.578,61

15.9 Fornecedores

O saldo da rubrica de "Fornecedores" é discriminado da seguinte forma:

Descrição	2018	2017
Fornecedores c/c	274.089,95	329.902,30
Fornecedores títulos a pagar	26.505,36	0,00
Fornecedores faturas em receção e conferência	0,00	0,00
Total	300.595,31	329.902,30

15.10 Estado e Outros Entes Públicos

A rubrica de "Estado e outros Entes Públicos" está dividida da seguinte forma:

Descrição	2018	2017
Ativo		
Imposto sobre o Rendimentos das Pessoas Coletivas (IRC)	0,00	0,00
Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA)	11.164,89	13.817,48
Outros Impostos e Taxas	323,50	285,60
Total	11.488,39	14.103,08
Passivo		
Imposto sobre o Rendimentos das Pessoas Coletivas (IRC)	0,00	0,00
Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA)	0,00	0,00
Imposto sobre o Rendimentos das Pessoas Singulares (IRS)	30.998,09	29.845,94
Segurança Social	145.198,73	152.002,79
Outros Impostos e Taxas	0,00	0,00
Total	176.196,82	181.848,73

15.11 Outras Contas a Pagar

A rubrica "Outras contas a pagar" desdobra-se da seguinte forma:

Descrição	2018		2017	
	Não Corrente	Corrente	Não Corrente	Corrente
Pessoal				
Remunerações a pagar		400,51		3.015,35
Cauções	0,00		0,00	
Outras operações		1.469,76		919,19
Perdas por imparidade acumuladas		0,00		0,00
Fornecedores de Investimentos		-4.400,80		3.111,32
Credores por acréscimo de gastos		0,00		0,00
Outros credores		-7.858,86		579,94
Total	0,00	-10.389,39	0,00	7.625,80

15.12 Outros Passivos Financeiros

Os "Outros passivos financeiros" em 31 de dezembro de 2018 e 2017 são os seguintes:

Descrição	2018	2017
Total	0,00	0,00

15.13 Subsídios, doações e legados à exploração

A Entidade reconheceu, nos períodos de 2018 e 2017, os seguintes subsídio, doações, heranças e legados:

Descrição	2018	2017
Subsídios do Estado e outros entes públicos	3.139.329,69	3.033.736,37
Subsídios de outras entidades	64.748,76	106,87
Doações e heranças	48.053,28	26.405,87
Total	3.252.131,73	3.060.249,11

Os "Subsídios e Apoios do Governo" estão divulgados de forma mais exaustiva na Nota 12.

15.14 Fornecimentos e serviços externos

A repartição dos "Fornecimentos e serviços externos" nos períodos findos em 31 de dezembro de 2018 e de 2017, foi a seguinte:

Descrição	2018	2017
Subcontratos	194.767,70	0,00
Serviços especializados	217.886,42	210.452,85
Materiais	34.448,71	36.058,07
Energia e fluidos	121.641,78	119.408,74
Deslocações, estadas e transportes	2.615,72	1.872,98
Serviços diversos	81.452,81	78.730,05
Encargos c/utentes	46.939,93	32.357,80
Total	699.753,07	478.880,49

15.15 Outros rendimentos

A rubrica de "Outros rendimentos" encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2018	2017
Rendimentos Suplementares	1.732,83	2.010,12
Descontos de pronto pagamento obtidos	68,50	98,29
Recuperação de dívidas a receber	0,00	0,00
Ganhos em inventários	0,00	0,00
Rendimentos em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos	0,00	0,00
Rendimentos nos restantes ativos financeiros	176,43	0,00
Rendimentos em investimentos não financeiros	12.921,09	6.351,94
Rendimentos de Propriedades de Investimentos	241.389,54	
Outros rendimentos	72.139,19	91.592,57
Total	328.427,58	100.052,92

15.16 Outros gastos

A rubrica de "Outros gastos" encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2018	2017
Impostos	1.436,91	1.257,88
Descontos de pronto pagamento concedidos	0,00	0,00
Incobráveis	0,00	0,00
Perdas em inventários	0,00	0,00
Gastos em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos	0,00	0,00
Gastos nos restantes investimentos financeiros	7,42	21,56
Gastos em investimentos não financeiros	120,02	0,00
Outros Gastos	8.285,51	2.242,57
Outros Gastos - FSE	143.518,58	156.040,05
Total	153.368,44	159.350,22

15.17 Resultados Financeiros

Nos períodos de 2018 e 2017 foram reconhecidos os seguintes gastos e rendimentos relacionados com juros e similares:

Descrição	2018	2017
Juros e gastos similares suportados		
Juros suportados	24.390,62	28.166,97
Diferenças de câmbio desfavoráveis	0,00	0,00
Outros gastos e perdas de financiamento	0,00	0,00
Total	24.390,62	28.166,97
Juros e rendimentos similares obtidos		
Juros obtidos	0,00	0,00
Dividendos obtidos	0,00	0,00
Outros Rendimentos similares	0,00	0,00
Total	0,00	0,00
Resultados Financeiros	-24.390,62	-28.166,97

16. Resultados Líquidos

Descrição	2018
Resultado líquido com receitas extraordinárias	183.283,00
Receita extraordinária – Venda de Imobilizado	241.389,54
Resultado líquido sem receitas extraordinárias	-58.106,54

17. Acontecimentos após data de Balanço

Não são conhecidos à data quaisquer eventos subsequentes, com impacto significativo nas Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2018.

Após o encerramento do período, e até à elaboração do presente anexo, não se registaram outros factos suscetíveis de modificar a situação relevada nas contas.

As demonstrações financeiras para o período findo em 31 de dezembro de 2018 foram aprovadas pelo Conselho Administrativo/Administração/... em 22/03/2019

LAGOS, 22 de Março de 2019

O Contabilista Certificado



A Direcção

